

SÉRGIO CABRAL

Jornalista

Ideb do ensino médio do Rio é uma vergonha

Na semana passada, o Ministério da Educação divulgou o ranking dos estados no Ideb, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

A fórmula matemática do indicador funciona cruzando qualidade (aprendizado) com eficiência (tempo de conclusão). Ela é extraída do Saeb, o Sistema de Avaliação da Educação Básica. É a média padronizada que os alunos obtêm nas provas bienais de Língua Portuguesa e Matemática.

Há três faixas de avaliação: as turmas do primeiro ao quinto ano do fundamental; as do sexto ao nono ano do fundamental; e as turmas dos três anos do ensino médio.

No caso do ensino médio, a responsabilidade é exclusiva dos governos estaduais. Pois o meu estado do Rio de Janeiro, no ensino médio, é o vigésimo sexto dos vinte e seis estados da federação e o Distrito Federal. Uma vergonha!

Chegamos ao fundo do poço. E lembrar que, no meu governo, al-

cançamos a quarta posição do Ideb no ensino médio, em 2014. A lista com o ranking do Ideb dos estados e Distrito Federal é divulgada no ano seguinte às provas do Saeb.

Por que alcançamos a melhor posição da história do Rio, no Ideb? Não foi mágica, sim gestão. Retiramos a influência de políticos nas escolhas dos diretores e coordenadores regionais. Demos autonomia ao comando da Secretaria Estadual de Educação. Quando cheguei ao governo, em 2007, havia uma brutal carência de professores na rede estadual. Promovemos concursos públicos. Mais de 40 mil professores foram efetivados. Recuperei os salários dos profissionais da educação, que há mais de dez anos não tinham reajuste na sua remuneração. Estabelecemos metas para as coordenadorias regionais. Estabelecemos uma gratificação para os diretores e vice-diretores das escolas. Premiamos os professores com maior qualificação, isto é, com pós-graduação, mestrado e dou-

torado. Compramos notebooks, com acesso à internet pago pelo estado, para todos os professores da rede. Também premiamos com notebooks milhares de alunos com melhor desempenho escolar. Fizemos obras de infraestrutura em todas as 1.200 unidades escolares. Construímos novos colégios, modernizamos todos os Cieps da rede estadual. Fomos o primeiro estado brasileiro a instalar ar-condicionado em todas as mais de 32 mil salas de aula. Realizamos o único concurso público para inspetores de escolas. Implantamos o Renda Melhor Jovem, que remunerava os alunos e alunas do ensino médio por permanecer no colégio e, obviamente, passar de ano. Ao concluir o ciclo básico, recebiam um valor maior. Todos oriundos do Bolsa Família, das famílias mais pobres do programa, que recebiam um apoio suplementar do governo do estado, o Renda Melhor. Foi eleito pelo governo federal o melhor programa complementar ao Bolsa Família, no Brasil. O Pé de Meia foi inspirado no Renda Melhor Jovem. A deputada federal Tábata Amaral, PSB-SP, escreveu um artigo na Folha de São Paulo sobre a nossa experiência no Rio. Ela

teve acesso a um estudo da Universidade de Columbia, NY, sobre o Renda Melhor Jovem e o seu êxito.

O governo dava todos os meses um valor aos professores para ser gasto em programas culturais. Além disso, fazíamos anualmente uma Feira de Livros, em parceria com o Sindicato Nacional dos Editores de Livros. Os professores e alunos de todo o estado frequentavam a feira e escolhiam, gratuitamente, os de seu interesse.

Reitero o primeiro ponto abordado nesse artigo para o sucesso que obtivemos: como governador, escolhi quem comandaria a Secretaria de Educação, os demais quadros da SEEDUC eram escolhidos pelo titular da pasta. Cabia a mim orientar, acompanhar e verificar os resultados obtidos. E eles foram os melhores da história do Rio, no Ideb do ensino médio.

Segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica, o estado do Rio tem 550.676 alunos matriculados no ensino médio. Sendo que, desse total, 430 mil matriculados na rede pública. E o Rio no 26º lugar do Ideb. Que covardia com os nossos adolescentes e jovens!

JANGUIÊ DINIZ

Diretor-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior; secretário-executivo do Brasil Educação - Fórum Brasileiro da Educação Particular

Uma nova avaliação para um ensino superior mais forte

Poucas políticas públicas tiveram impacto tão profundo na educação superior quanto a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Instituída em 2004, a estrutura consolidou uma cultura de avaliação que passou a orientar processos regulatórios, estimular melhorias acadêmicas e oferecer maior transparência à sociedade sobre a qualidade das instituições e dos cursos.

Passadas mais de duas décadas, entretanto, o contexto já não é o mesmo. A educação superior tornou-se mais diversa, as demandas do mercado de trabalho evoluíram e a sociedade passou a exigir evidências mais consistentes sobre a formação dos estudantes e os resultados produzidos pelas instituições. Era natural, portanto, que chegasse o momento de revisar estruturalmente a política nacional de avaliação.

É exatamente esse movimento que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) vem conduzindo, com a participação de instituições públicas e privadas, por meio de grupos de trabalho. Mais do que atualizar formulários ou revisar indicadores isolados, trata-se da mais ampla reformulação do Sinaes desde sua criação.

O processo incluiu uma nova arquitetura para a avaliação in loco; a

definição de dimensões transversais e específicas para cada grande área do conhecimento; consulta pública sobre os instrumentos de avaliação; realização de testes-piloto; elaboração de guias orientadores; e a construção de uma nova escala de conceitos. Trata-se de um percurso técnico e participativo que confere legitimidade e segurança à implementação do novo modelo.

Segundo o Inep, os testes permitem aperfeiçoar os instrumentos e confirmar que a nova metodologia amplia a capacidade de diferenciar os cursos avaliados, fortalece a análise da experiência formativa oferecida aos estudantes, valoriza dimensões qualitativas contemporâneas e estimula uma atuação mais formativa das comissões de avaliação.

Além disso, pela primeira vez, a avaliação irá considerar as especificidades das diferentes áreas do conhecimento. Em vez de um único modelo, foram desenvolvidos instrumentos próprios para as dez grandes áreas da Classificação Internacional Normalizada da Educação (Cine Brasil), além dos exames específicos implementados nos últimos anos para os graduandos das licenciaturas e dos cursos de Medicina.

Outra inovação relevante consiste na reorganização do ciclo avaliativo. A proposta apresentada pelo Inep integra de maneira mais

articulada a autoavaliação institucional, o Enade e as avaliações in loco. Dessa forma, o sistema passa a funcionar como um ciclo contínuo de produção de evidências sobre a qualidade da educação superior, permitindo um acompanhamento mais frequente e consistente da evolução dos cursos e das instituições.

Entre as mudanças na dinâmica das visitas in loco, estão o fim do formulário eletrônico preenchido previamente pelas instituições, a realização de análise documental prévia, a avaliação amostral de polos de educação a distância e a possibilidade de a instituição solicitar reconsideração de aspectos do relatório antes mesmo da fase recursal. São alterações que reduzem burocracias desnecessárias, aumentam a previsibilidade do processo e tornam a avaliação mais focada naquilo que realmente importa.

Talvez a mudança mais significativa esteja justamente naquilo que o novo modelo pretende avaliar. Durante muitos anos, os instrumentos concentraram grande parte de sua atenção na verificação da existência de documentos, normas e estruturas. Esses elementos continuam sendo importantes, mas deixam de ser suficientes. A nova lógica busca produzir evidências sobre aquilo que efetivamente acontece na formação dos estudantes.

Agora, o objetivo é identificar o que cada instituição realiza de forma diferenciada, produzindo informações capazes de apoiar decisões acadêmicas e políticas públicas. Ao substituir uma lógica excessivamen-

te padronizada por avaliações mais aderentes às características de cada área, o novo modelo permite que boas práticas de ensino, inovação, responsabilidade social, integração com o setor produtivo, empregabilidade e impacto regional passem a produzir evidências concretas da qualidade institucional.

Nessa linha, não há dúvida de que os estudantes também serão beneficiados. Avaliações mais precisas oferecem melhores referências para a escolha dos cursos, fortalecem os processos de melhoria contínua e incentivam uma formação mais conectada às competências exigidas pela sociedade e pelo mundo do trabalho.

A previsão do Inep é de que a nova política nacional de avaliação da educação superior comece a ser aplicada ainda neste ano. Naturalmente, nenhuma reforma dessa dimensão se esgota com a sua publicação. Seu sucesso dependerá da qualidade da implementação, do diálogo permanente entre o órgão e as instituições de ensino e da capacidade permanente de aperfeiçoamento do sistema.

Os sinais, contudo, são promissores. Ao construir um modelo mais técnico e mais aderente à realidade da educação superior, o país dá um passo importante para que a avaliação deixe de ser vista apenas como instrumento regulatório e passe a cumprir plenamente sua vocação: induzir qualidade, orientar melhorias e fortalecer o papel transformador da educação superior para o desenvolvimento do Brasil.